

SAVIO RUI BRABO DE ARAUJO
Promotor de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social,Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial
Protocolo 895483

NOTIFICAÇÃO

Ilmo(a). Sr(a).
Responsável Legal do(a) CENTRO EDUCACIONAL RONALDO MIRANDA
Tv. Rui Barbosa, 792, REDUTO - BELEM - PA - CEP: 66053-260
A 1ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial nos termos dos artigos 127 e 129 inciso II (serviços de relevância pública) da CF, artigo 26, inciso I, alínea “a” da Lei nº 8.625/93 e dos artigos 3º do Decreto Lei nº 41 de 18/11/66 e art. 31 da Lei nº 8.742/93 (LOAS), NOTIFICA Vossa Senhoria a apresentar até o dia 30/08/2015, na sede desta Promotoria, sito na Rua João Diogo, 52, CEP 66015-160, Telefone: 4008-0448 ou 4008-0564, a PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA DESSA ENTIDADE, REFERENTE AO ANO-CALENDÁRIO 2014.
VERBAS PÚBLICAS RECEBIDAS PELA ENTIDADE EM 2014
CONVENIENTE N° DO CONVENIO VALOR (R\$)
SETER 45.000,00- Anual
FONTE: Portais de transparência até 31/12/2014.
A referida prestação de contas cujo roteiro de documentos encontra-se em anexo, deverá observar as normas legais e contábeis aplicadas às entidades sem fins lucrativos. Científico-o(a) que a apresentação incompleta da documentação poderá importar em desaprovação das contas. Outrossim, informo que o não atendimento injustificado a esta notificação poderá sujeitar Vossa Senhoria as medidas legais cabíveis, inclusive a responsabilização por improbidade administrativa.
Belém, 14 de Julho de 2015.
SAVIO RUI BRABO DE ARAUJO
Promotor de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social,Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL,FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DA COMARCA DE BELÉM PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICAS

PORTARIA Nº 058/2015-PAPPCF/PJTFEISFRJE
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, através da Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial com fundamento nas disposições constitucionais legais; CONSIDERANDO que o Plano Geral de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará, na área de direitos sociais fundamentais, implementa ações visando o combate à corrupção e à improbidade administrativa, na utilização dos recursos destinados ao terceiro setor sobretudo àqueles disponibilizados às fundações de direito privado e às entidades de interesse social ou assistencial;
CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 12 de fevereiro de 1993 e na Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006, (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará); CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público fiscalizar, através da Promotoria de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial da Comarca de Belém, as entidades sociais que tenham sede ou atuem no município de Belém, nos moldes dos artigos 127, caput, e 129, II, III, VI e IX da Constituição Federal; o artigo 55, IV, da Lei Complementar Estadual nº 57, de 06 de julho de 2006; os artigos 1º a 3º do Decreto-Lei nº 41, de 18 de novembro de 1966; Decisão do Conselho Nacional do Ministério Público, Corregedoria Nacional, Reclamação Disciplinar nº 1622/2011-16; artigo 16 da Resolução nº 020/2013-CPJ-MPPA, de 24 de outubro de 2013;
CONSIDERANDO o artigo 27 da Lei 12.101/2009, que estabelece atribuições ao Ministério Público para fiscalizar as entidades de interesse social portadoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS;
CONSIDERANDO que o múnus ministerial abrange o exame de suas contas, a fiscalização do seu funcionamento, o controle da adequação da atividade da instituição a seus fins de legalidade e pertinência dos seus atos administrativos, podendo fiscalizar a aplicação dos recursos e promover tanto a anulação dos atos ilegais como a própria dissolução;
CONSIDERANDO que é função do Ministério Público promover procedimento administrativo de apuração finalística de contas bem como, se necessário, inquérito civil público para averiguar eventuais irregularidades nas fundações e demais entidades de interesse social sem fins lucrativos mormente naquelas que recebem recursos públicos ou privados que tem fins assistenciais ou de interesse social;
CONSIDERANDO o Provimento em Conjunto nº 010/15-MP/PGJ/GCMP, publicado no Diário Oficial do Estado nº 32890, de 21 de maio de 2015, que define os documentos e modelos de demonstrações contábeis exigidos para prestação de contas

finalísticas das entidades do terceiro setor sujeitas ao velamento e à fiscalização pelo Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências;
RESOLVE:
I) INSTAURAR procedimento administrativo preliminar para apuração finalística das contas da entidade de interesse socialCENTRO EDUCACIONAL RONALDO MIRANDA relativa ao ano-calendário 2014;
II) AUTUAR a presente portaria, com seu registro em livro próprio da Promotoria de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial da Comarca de Belém;
III) PUBLICAR a presente portaria no Diário Oficial do Estado;
IV) NOTIFICAR o(a) Sr(a). Responsável Legal do(a) CENTRO EDUCACIONAL RONALDO MIRANDA, a fim de apresentar, até o dia 30/08/2015, a prestação de contas do ano-calendário de 2014;
V) NOMEAR, sob compromisso para secretariar os trabalhos, atuando neste procedimento preliminar de prestação de contas, o(a) Sr(a). DOUGLAS JOSE DE PINHO ou ANTONIO MARCOS DA SILVA FERREIRA, Auxiliar de Administração do Ministério Público do Estado do Pará;
Após, voltem-me conclusos para novas deliberações.
Belém, 14 de Julho de 2015.
SAVIO RUI BRABO DE ARAUJO
Promotor de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social,Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial
Protocolo 895488

EXTRATO DA PORTARIA Nº 008/2015-MP/PJJ
A Promotora de Justiça de Juruti, com fundamento no Art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, VI da Resolução nº 23 - CNMP, de 17/09/2007, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 004/2015-MP/PJJ, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Juruti, situada na Travessa Boaventura Bentes, s/nº, Bairro Bom Pastor, CEP: 68.170-000, Juruti/PA, Fone: (93) 3536 1797.
Portaria: 008/2015-MP/PJJ
Reclamados: Dandrea Bentes de Sousa, Ocikley do Vale Farias e Luiz Antônio Braga de Souza.
Assunto: Apurar possíveis irregularidades cometidas no processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares de Juruti, realizada no dia 04 de outubro de 2015.
Asdear Salinas Macias - Promotor de Justiça
Protocolo 895565

PORTARIA Nº 606/2015-MP/SGJ-TA
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 6793/2015-MP/PGJ, de 4 de novembro de 2015;
CONSIDERANDO o disposto no art. inciso I, do art. 5º, da Resolução nº 024/2012-CPJ, de 20 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial do Estado, de 24/9/2012;
CONSIDERANDO a Escala de Plantão para o mês de novembro/2015, elaborada pela Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Cíveis, datada de 19 de outubro de 2015, publicada no site do Ministério Público do Estado do Pará;
CONSIDERANDO a Escala de Plantão para o mês de novembro de 2015, elaborada pela Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais, datada de 8 de outubro de 2015, publicada no site do Ministério Público do Estado do Pará;
CONSIDERANDO a necessidade de disponibilizar equipe de apoio aos senhores membros do Parquet escalados para o plantão institucional do segundo grau;
CONSIDERANDO o que dispõe a PORTARIA Nº 4204/2013-MP/PGJ, de 9/12/2013, publicada no Diário Oficial do Estado de 12/7/2013, R E S O L V E:
Art. 1º - CONVOCAR os servidores relacionados no Anexo Único desta Portaria para realizarem o plantão institucional junto aos Órgãos de Execução de Segundo Grau do Ministério Público do Estado do Pará, no período de 7/11 a 8/11/2015.
Art. 2º - O não atendimento injustificado da convocação para os plantões sujeitará o convocado à aplicação das penalidades previstas na Lei Estadual nº 5.810/94.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, 4 de novembro de 2015.
MARIO NONATO FALANGOLA
Subprocurador-Geral de Justiça,Área Técnico-Administrativa, em exercício

**ANEXO ÚNICO
ESCALA DE PLANTÃO DE SERVIDORES
PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEL E PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL
PERÍODO: 7/11 A 8/11/2015**

Em observância às Portarias nº 4204/2013-MP/PGJ, de 9/7/2013, Escalas de Plantão para o mês de novembro de 2015 elaborada pela Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Cíveis, datada de 19 de outubro de 2015 pela Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais, datada de 8 de outubro de 2015, ambas publicadas no site do Ministério Público do Estado do Pará.
DIA 7 / 11/2015
REPRESENTANTE DO QUADRO TÉCNICO-JURÍDICO
NATHÁLIA MIRANDA ABDON (Assessora da Procuradoria Cível)
LAIS CRISTINA SILVA SAFE DE MATOS (Assessor da Procuradoria Criminal)

DIA 8/11/2015
REPRESENTANTE DO QUADRO TÉCNICO-JURÍDICO
NATHÁLIA MIRANDA ABDON (Assessora da Procuradoria Cível)
LAIS CRISTINA SILVA SAFE DE MATOS (Assessor da Procuradoria Criminal)
Belém, 4 de novembro de 2015.
MARIO NONATO FALANGOLA
Subprocurador-Geral de Justiça,
Área Técnico-Administrativa, em exercício
Protocolo 895598

PORTARIA Nº 603/2015-MP/SGJ-TA
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, MARIO NONATO FALANGOLA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 6793/2015-MP/PGJ, de 4 de novembro de 2015, R E S O L V E:
AUTORIZAR o servidor ADELINO LOURENÇO NETO, Técnico - Analista de Sistemas, no período de 11 a 13/12/2015, a participar do “Curso de Engenharia de Requisitos: Software orientado ao Negócio”, a ser realizado pela empresa A. S. Vilanova Neto - ME, nesta Capital.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 4 de novembro de 2015.

MARIO NONATO FALANGOLA
Subprocurador-Geral de Justiça,
área técnico-administrativa, em exercício.
PORTARIA Nº 604/2015-MP/SGJ-TA
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, MARIO NONATO FALANGOLA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 6793/2015-MP/PGJ, de 4 de novembro de 2015, R E S O L V E:
AUTORIZAR o servidor CARLOS HENRIQUE COELHO TOCANTINS, Técnico - Analista de Sistemas, nos dias 20, 23 e 24/11/2015, a participar da “Semana de Análise de Pontos de Função”, a ser realizado pela empresa A. S. Vilanova Neto - ME, nesta Capital.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 4 de novembro de 2015.

MARIO NONATO FALANGOLA
Subprocurador-Geral de Justiça,
área técnico-administrativa, em exercício.
Protocolo 895723

PORTARIA Nº 476/2015-MP/SGJ-TA
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, MÁRIO NONATO FALANGOLA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 5467/2015-MP/PGJ, de 2 de setembro de 2015, R E S O L V E :
CONCEDER a servidora abaixo relacionada, Licença Casamento, com fulcro no artigo 72, II, da Lei nº 5.810/94:

NOME	PERÍODO
MONICA LUCIANA KOURI FERREIRA	8 a 15/8/2015

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 3 de setembro de 2015.
MÁRIO NONATO FALANGOLA
Subprocurador-Geral de Justiça,área técnico-administrativa, e.e.

Protocolo 895725

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº. da Ata de Registro de Preços: 042/2015-MP/PA.
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº. 019/2015-MP/PA
Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa **TECNO2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**
Objeto: Registro de Preços para Aquisição De Mobiliário, com Montagem e Instalação.
Data da Assinatura: 06/11/2015
Vigência: 06/11/2015 a 05/11/2016
Preços Registrados:
Foro: Belém
Ordenador Responsável: Marcos Antonio Ferreira das Neves
Endereço do Contratado: Rua Vereador Décio de Paula, nº 101-Bairro Planalto, no Município de Formiga - MG, CEP 35.570-000, Telefones: (37) 3322-2336 Fax: (37) 3321-1893, email tecno2000@tecno2000.com.br

Protocolo 895754

EXTRATO DA RECOMENDAÇÃO Nº 006/2015/2ª PJM
O Ministério Público do Estado do Pará, por meio da 2º Promotoria de Justiça Militar, torna pública a Recomendação Nº 006/2015/2ª PJM, de 03/11/2015, encaminhada ao Comandante Geral da Polícia Militar.
Recomendação: Que seja publicado em BG que policiais militares, mesmo fora de serviço, utilize o colete balístico em deslocamentos, sempre que possível.
Belém - PA, 06 de novembro de 2015.
ARMANDO BRASIL TEIXEIRA, 2º Promotor de Justiça Militar.

Protocolo 895761